

Editorial

Edição comemorativa: 10 anos da Revista Educação e Políticas em Debate

Leonice Matilde Richter¹
Universidade Federal de Uberlândia

Vilma Aparecida de Souza²
Universidade Federal de Uberlândia

Raquel Aparecida Souza³
Universidade Federal de Uberlândia

A Revista Educação e Políticas em Debate (REPOD) completa 10 anos de editoração em 2022. A REPOD nasceu vinculada à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e desde o seu prelúdio tem envidado esforços no sentido de colaborar com a divulgação de resultados de pesquisas e experiências inéditas que apresentem consistência, rigor e originalidade, proporcionando a pesquisadores(as), docentes e discentes de graduação e pós-graduação, de diferentes instituições nacionais e internacionais, espaço para a socialização de suas produções, especialmente na área de políticas educacionais, mas também aos demais interessados pela área de educação e humanidades em geral (FACED, 2021).

O reconhecimento da legitimidade do dissenso, da polêmica e da diversidade de concepções e matrizes teóricas como algo próprio e inerente aos espaços democráticos, tem acompanhado a política editorial do Periódico, ancorando-se nos princípios da pluralidade, da liberdade, da autonomia intelectual e da promoção da publicização de trabalhos que, em sua singularidade, provocam novas sínteses e novas antíteses no âmbito da edificação do conhecimento e transformação da realidade.

¹ Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora associada de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leonice@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9049041703208746>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7109-3257>.

² Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa Polis, Políticas Educação e Cidadania – UFU. E-mail: vilmasouza@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776641740982053>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>.

³ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. Docente da Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal, no curso de Pedagogia. E-mail: raquelas@ufu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9208469507359517>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5906-0671>.

Ao longo dessa década contamos com a publicação de artigos, relatos de experiência, ensaios teóricos, entrevistas e resenhas como parte de dossiês, com temáticas delimitadas, assim como produções que atendem à seção “demanda contínua”. Com o empenho dos(as) autores(as), colaboradores(as) e o apreço dos(as) leitores(as), a REPOD tem recebido o reconhecimento social, o que se expressa, dentre outros, pelos indexadores nos quais a Revista encontra-se indexada. Destarte, nesta edição comemorativa, salientamos que nesse processo contamos com a primorosa colaboração dos(as) organizadores(as) dos dossiês e dos(as) inúmeras pareceristas que contribuíram para o adensamento da qualidade da Revista. Este trabalho é primordial para o aprimoramento das publicações, de modo que os manuscritos colaborem com a análise, monitoramento e proposições no âmbito das políticas públicas de educação.

Nessa construção, dentre as inúmeras pessoas que fizeram, e fazem parte desta história, sublimamos o inestimável trabalho da Professora Dra. Maria Vieira Silva que, junto a outros(as) colegas, idealizou a editoração da REPOD. A dedicação da Professora Maria, que assumiu por muitos anos a função de Presidenta do Conselho Editorial da Revista, retrata o compromisso ético, o empenho e dedicação aguerrida dessa professora que tanto colabora em diferentes frentes pela produção e disseminação do conhecimento, em prol do avanço na direção de uma sociedade democrática e justa. De tal modo, externalizamos nosso reconhecimento e alegria por aprendermos e partilharmos dos desafios da editoração ao lado de uma profissional tão admirável, especialmente pela generosidade que ela tem em partilhar seu saber.

A continuidade desse trabalho editorial a cada dia agrega novos desafios, sobremaneira, diante de um contexto de restrição de recursos e limitada implementação de políticas para sustentação e desenvolvimento de periódicos científicos no Brasil. Assim, a manutenção de um periódico acadêmico que prima pela política de acesso livre, a qual disponibiliza gratuitamente o acesso imediato, livre e aberto ao seu conteúdo, colaborando com a ciência aberta, representa uma atividade cada vez mais complexa e extenuante para aqueles(as) que se dedicam à editoração. Além disso, vale salientar a não cobrança de taxas para processamento de artigos, nem para sua disponibilização aos(as) autores(as) e demais leitores(as), outro princípio caro à Revista e que representa um posicionamento crítico e de resistência à lógica mercadológica no campo da difusão do conhecimento.

Manter um periódico nessas condições revela-se um esforço hercúleo mas, ao mesmo tempo tão importante para publicização e apropriação das produções científicas no país.

Nesse sentido, essa edição comemorativa representa também uma forma de reestabelecer energia em um processo cada vez mais desafiador. Em vista disso, o volume 11,

número 2 da REPOD, foi planejado com o intento de destacar esse momento especial vivido pelo Periódico. Para tanto, realizamos uma parceria com outra importante atividade promovida pela Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação do PPGED/UFU, o Simpósio Internacional - O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, realizado a cada 2 anos, e que também completou sua décima edição em 2021. Deste modo, tendo como referência o direito à educação como elemento constituinte e constitutivo de uma sociedade democrática e da justiça social, o “X Simpósio Internacional - O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente - Estado Neoliberal e Retrocessos” provocou um rico momento de análises e reflexões, especialmente frente às atuais políticas educacionais, as quais revelam profundas ofensivas aos direitos históricos e arduamente conquistados no campo da educação pública brasileira.

Com o intuito de ampliar a publicização do debate acerca da temática do X Simpósio, a REPOD idealizou um dossiê com a publicação de artigos, ensaios teóricos e entrevista, especialmente sobre a análise da sociedade contemporânea, que tem presenciado o acirramento da lógica privatista no setor público e o redesenho do papel do Estado como provedor de direitos sociais, ocasionando colapsos na cidadania e na democracia. Ambas as atividades, o simpósio e o presente número da Revista, somam esforços no sentido da resistência ao ataque aos direitos sociais, contando com a participação expressiva de autores de diferentes regiões do país, assim como autores internacionais. Tais contribuições estão organizadas com manuscritos que analisam a conjuntura de obscurantismo e restrição do acesso à informação, de negacionismo da ciência, de movimentos da extrema-direita e ultraconservadores, de privatizações e de políticas que afetam diretamente os princípios da gestão democrática, salvaguardada na nossa Constituição Federal de 1988.

Como analisou o Professor Miguel Arroyo na palestra “Que políticas educacionais em tempos de desmonte do Estado de Direito? O que aprender com Paulo Freire?”, proferida no X Simpósio (2021), o que precisamos aprender com Paulo Freire é dialogar com o nosso tempo. E, cada tempo, afirma Arroyo, carrega dimensões pedagógicas diferentes. No tempo presente estamos, como ele sintetiza, “em tempos terríveis”. A atual conjuntura de pandemia da Covid-19, que abalou o mundo, no Brasil, ocasionou mais de 600 mil mortes, mas evidenciou que essa realidade não afeta a todas as pessoas da mesma forma. Como podemos analisar em outro manuscrito publicado neste número da REPOD, de autoria de Tania Aillón Gómez, docente da Instituto de Estudios Sociales y Económicos (IESE) de la Universidad Mayor de San Simón Cochabamba-Bolivia, embora os riscos da Covid-19 possam alcançar todas as pessoas, o grau de exposição ao contágio, à morte, ao desemprego,

dentre outras consequências, não é o mesmo para todos(as). Essa realidade, segundo a autora, revela as profundas desigualdades sociais e como elas influenciam diretamente nas garantias de proteção à saúde e à vida.

Como salienta o Professor Orso, em entrevista recente cedida à REPOD,

[...] como é a “economia”, quer dizer, o capital, e não a vida que está em primeiro lugar, como alguns poucos estão lucrando muito com a pandemia, nem todos têm o interesse em acabar com a covid. Assim, em pouco mais de um ano de pandemia, foram ceifadas mais de meio milhão de vidas só no Brasil, às quais somam-se grandes prejuízos econômicos e sociais, prolongando o sofrimento, sobretudo dos segmentos mais pobres da população, dos trabalhadores mais humildes em primeiro lugar [...] (NUNES, REZENDE, 2021, p.991).

Dessa forma, a radicalização dessas consequências pandêmicas se agudiza em países como o Brasil, que vivem a intensificação de políticas de restrição a direitos sociais associados aos ideais conservadores e de apelo aos interesses do mercado. No âmbito das políticas educacionais evidenciam-se ataques aos(as) docentes, à educação pública, ao financiamento e ao campo ideológico e pedagógico que se sustentam e fundamentam em princípios democráticos. Assim, são inúmeras as demandas de análises e pesquisas das políticas públicas em curso, especialmente diante do modelo de gestão do Estado, no qual, não raro, a sociedade é surpreendida com tomadas de decisões centralizadoras. Fazer pesquisa nesse contexto, e associada aos contínuos cortes orçamentários, sobremaneira para a área das ciências humanas, revela-se uma forma de resistência às constantes ofensivas que buscam obliterar a exposição da atual realidade da educação no país.

Salienta-se, por exemplo, que no contexto de editoração do presente volume, somaram-se novas ofensivas à educação e ao desenvolvimento de pesquisa na área das políticas públicas de educação, especialmente evidenciados nos últimos dias com a reestruturação do acesso às informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em fevereiro deste ano o Inep comunicou a reformulação da forma como os dados relativos às pesquisas estatísticas passariam a ser apresentados, sustentada pela justificativa da adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que proíbe a identificação de pessoas.

O acesso a dados de qualidade, confiáveis e que abrangem categorias centrais para o acompanhamento da realidade nacional figura como condição essencial para a produção de conhecimento, promoção de políticas públicas, especialmente para a *accountability*, ou seja, avaliação, prestação de contas e responsabilização.

Sem produção, e/ou acesso aos dados da realidade, entramos em um cenário de obscurantismo. Elaborar políticas públicas de educação, acompanhar e cobrar os resultados da implementação dessas políticas, torna-se praticamente irrealizável com a limitação de acesso a dados, o que retrata o momento de retrocesso vivido no país.

Contudo, esses retrocessos, infelizmente, não são exclusivos da realidade nacional, uma vez que observamos em diferentes países movimentos de intensificação do neoliberalismo e do “neofascismo”, como avalia Michael Löwy (2019, s.p.).

Para o autor,

Observamos nos últimos anos uma espetacular ascensão da extrema direita reacionária, autoritária e/ou “neofascista”, que já governa metade dos países em escala planetária: um fenômeno sem precedente desde os anos 1930. Alguns dos exemplos mais conhecidos: Trump (USA), Modi (Índia), Orbán (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas), e agora Bolsonaro (Brasil) (LÖWY, 2019, s.p.)

O termo “neofascistas”, engloba, segundo Löwy (2019, s.p.), “líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 – e com frequência, raízes históricas nesse passado – mas também algumas diferenças substanciais”, que se evidenciam em “manifestações nacionalistas e/ou religiosas intolerantes e favorecendo conflitos étnicos ou confessionais. Quanto mais a nação perde seu poder econômico devido à globalização, tanto mais se proclama a imensa glória da Nação ‘Acima de Tudo’”. Além disso, avalia Löwy, outra explicação a esse movimento neofascismo “seria a crise financeira do capitalismo, iniciada em 2008”, mas que também atinge de forma particular os diferentes países.

Cada país assume especificidades com predomínio do “nacionalismo xenofóbico e o racismo, em outros o fundamentalismo religioso, ou então o ódio à esquerda, ao feminismo, aos homossexuais”, mas guardam “alguns traços comuns à maioria, senão a todos: o autoritarismo, o nacionalismo integral [...] a intolerância religiosa ou étnica (racista) contra o ‘Outro’, a violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e à criminalidade”, assim essa “caracterização como fascista ou neofascista pode se aplicar a alguns, mas não a todos” (LÖWY, 2019, s.p.). Diante da apreciação crítica,

Não temos ainda uma análise global, que dê conta de um processo que é mundial, e que ocorre em um momento histórico determinado. Um retorno ao passado? Seria uma volta aos anos 1930? A história não se repete: existem evidentes semelhanças, mas os fenômenos atuais são bastante diferentes dos modelos do passado. Sobretudo, não temos – ainda – Estados totalitários comparáveis com o regime fascista italiano ou o Terceiro Reich nazista. Os partidos neofascistas atuais não organizam tropas de choque paramilitares uniformizadas para

aterrorizar a esquerda, como era o caso dos “camisas negras” de Mussolini, ou da Sturm Abteilung (SA) de Adolf Hitler. A análise marxista clássica do fascismo o define como uma reação do grande capital, com o apoio da pequena burguesia, diante da ameaça revolucionária do movimento operário. Podemos nos interrogar se esta interpretação realmente explica a natureza do fascismo na Itália, Alemanha ou Espanha, nos anos 1920 e 1930. De todo modo, ela não é pertinente no mundo atual, por várias razões: (a) não existe, em nenhum dos países em que o neofascismo está em ascensão, uma “ameaça revolucionária”; (b) o grande capital manifesta pouco entusiasmo pelo programa econômico “nacionalista” da extrema direita, embora possa vir a se acomodar a essa política; (c) o apoio aos Trump, Bolsonaro ou Le Pen não se limita à pequena burguesia, mas inclui grandes contingentes populares e mesmo da classe operária. Esse conjunto de diferenças justifica o uso do termo “neofascismo” para designar forças políticas que apresentam traços fascistas, mas não são uma reprodução do passado (LÓWY, 2019, s.p.).

Dentre as muitas análises e conjecturas, o que se evidencia, como consequência desse cenário, é a ampliação das desigualdades, das injustiças sociais e de mecanismos diferentes que salvaguardam os interesses do capital.

No exame dessa conjuntura em entrevista cedida por Cristian Laval à REPOD e publicada na presente edição, o professor de Sociologia da Universidade Paris-Quest Nanterre-La Défense apresenta importantes e novas análises acerca das reconfigurações do neoliberalismo no contexto atual, que foram recentemente publicadas no livro “A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo” (2021), que destacam exames mais profundos do que foi inicialmente nomeado, pela expressão provisória de “novo neoliberalismo”, para classificar políticas com as de Trump, Bolsonaro, Orban, mas que, segundo Laval, carecem de outro olhar.

[...] não se deve falar de um “novo neoliberalismo”, mas compor “uma outra história do neoliberalismo” que leve em consideração sua dimensão estratégica e sua violência intrínsecas. O neoliberalismo, desde o seu surgimento, designa seus inimigos e pensa em um meio de combatê-los. Os inimigos são todos aqueles que questionam a ordem de mercado, considerada a “obra-prima” da “civilização ocidental”. O grande meio de impor uma sociedade de mercado é o Estado forte, estando neste incluso, caso necessário, o recurso à ditadura. (SILVA, 2022, p.526)

Essa violência intrínseca do neoliberalismo e o combate aos seus “inimigos” revela de forma cada vez mais explícita a desumanização da sociedade no tempo presente. Nesse processo, o “Estado forte” faz parte de uma engrenagem que usa, quando necessário, sua dimensão coercitiva e, no campo da produção de hegemonias, faz apelos a valores e princípios conservadores e de mecanismos que apelam a estratégias cada dia mais horrendas, a exemplo da disseminação das *Fake News*.

De tal modo, convidamos os(as) leitores(as) da presente edição da REPOD a ampliarmos a análise das políticas públicas de educação contextualizadas nesse cenário, que fazem parte do debate travado nos manuscritos que compõem o Dossiê desta edição “Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação”. O número ainda é composto por textos da seção “Demanda Contínua”, como o artigo intitulado “Um olhar histórico sobre os percursos legais que antecederam a Base Nacional Comum Curricular”, de autoria de Victor Ridel Juzwiak e Astrogildo Fernandes da Silva Júnior da UFU. No manuscrito os autores historicizam as políticas curriculares no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, que fundamentam legalmente a construção da BNCC. Para tanto, analisam a CF de 1988; a LDB de 1996; os PCNs; as DCNs de 2010; o PNE (2014-2024); e os contextos de construção de tais dispositivos legais. Asseveram que a construção dessas legislações e o processo de elaboração desses documentos ocorreram em meio a intensos debates e discussões e que a BNCC carrega consigo embates ideológicos, políticos e de interesses que permeiam há anos as políticas públicas educacionais no Brasil.

Finalmente, externalizamos nossos agradecimentos aos(às) autores(as) dos manuscritos, aos(às) pareceristas do presente número, à Zeila Abdala de Sá e Souza, revisora de língua portuguesa, à Sônia Paiva, da Secretaria de periódicos da Faculdade de Educação (FACED) da UFU e aos membros do Conselho Editorial.

Desejamos uma excelente leitura!

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- DARDOT, Pierre, GUÉGUEN Haud, LAVAL, Christian; SAUVÊTRE Pierre. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente - Estado neoliberal e retrocessos democrático. Palestra Miguel Arroyo, “Que políticas educacionais em tempos de desmonte do Estado de Direito? O que aprender com Paulo Freire?” Faculdade de Educação: Uberlândia, 2021.
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO. *Regimento da Revista Educação e Políticas em Debate*. FACED/UFU, Uberlândia, 2021.
- LOWY, Michel. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. A Terra É Redonda, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-phenomeno-planetario-o-casobolsonaro/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

NUNES, K. de C. S.; REZENDE, V. M. Entrevista - Educação e sociedade: uma reflexão sobre os processos educativos da classe trabalhadora no sistema capitalista - Prof. Dr. Paulino José Orso. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 988–995, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/63452>. Acesso em: 7 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n3a2021-63452>.

SILVA, Maria Vieira. Entrevista - Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação - Prof. Dr. Christian Laval. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 11, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-65383>.